

## EM TORNO DA DESCONSTRUÇÃO

Esta é a versão completa da entrevista concedida por Evando Nascimento à jornalista Carla Rodrigues, publicada em parte no suplemento *Prosa & Verso*, do jornal *O Globo*, em 08 de outubro de 2005, com o título “Desconstruir é democratizar”.

**CARLA RODRIGUES – Derrida era o último grande filósofo vivo? Que falta ele faz nas reflexões sobre a vida contemporânea?**

EVANDO NASCIMENTO – Acho que ninguém está autorizado a fazer esse tipo de afirmação. Diria apenas que ele foi provavelmente o mais influente de todos os pensadores na passagem do século, chegando hoje inclusive a diversos países ditos não ocidentais como o Japão e a Índia. Isso numa geração que tem nomes como Habermas, Foucault, Deleuze e Lyotard. A falta que Derrida faz certamente será suprida por seus textos, que até o momento final refletiam tanto sobre a tradição filosófica quanto sobre assuntos da atualidade. Nesse sentido, uma de suas reflexões mais importantes está no livro que publicou junto com Habermas e que trata do 11 de setembro de 2001 (*Le “Concept” du 11 septembre*, traduzido em 2004 pela Zahar). Outras questões como a pena de morte, a clonagem, o ciberespaço, o fim da cultura do papel, estão bem desenvolvidas no livro que traduzi, intitulado com certa ironia *Papel-máquina*. Ele acreditava numa coexistência duradoura da civilização do livro e das novas tecnologias, não vendo motivo para se fazer uma opção cega por uma delas.

**CR – A era dos grandes filósofos acabou?**

EN – Creio que a filosofia com pretensões a um pensamento unificador, totalizante, e, no pior dos casos, totalitário acabou. Certamente Derrida deu uma contribuição fundamental para isso, na medida em que questionou diversos dogmas da tradição metafísica. Isso ocorre já num de seus ensaios mais conhecidos *A Farmácia de Platão*, em que expõe o modo como as relações hierárquicas de poder comparecem em textos em princípio estritamente conceituais, como os Diálogos de Platão, nos quais Sócrates assume o lugar do mestre, daquele que detém o poder da fala. Se algum sistema filosófico pudesse dispor de uma verdade absoluta, a própria história

da filosofia teria deixado de existir, pois os filósofos nada mais fazem do que sucessivamente se retomarem uns aos outros, negando mutuamente suas teses e acusando suas “inverdades” respectivas. Uma vez que essa crença na totalização veio abaixo, a filosofia, a meu ver, ganhou uma dimensão até mais interessante, porque ela pode mais do que nunca refletir sobre os problemas, imediatos ou não, do mundo sem ter o compromisso de chegar a uma verdade final, teleologicamente disposta no fim do percurso.

Ao contrário do que se pensa, Derrida jamais foi contra a filosofia, mas simplesmente propunha a desconstrução de certos aspectos tradicionais do pensamento chamado de metafísico. Muitas pessoas costumam confundir desconstrução com destruição. Derrida não era um demolidor, ele jamais mandou queimar as obras de Descartes, de Kant ou de Hegel, apenas defendia que se pudesse lê-los com novos critérios, revendo diversos pressupostos de seus textos. Para isso, certamente se inspirou em Nietzsche, em Heidegger e em Lévinas, entre outros, mas também propôs uma crítica desses pensadores, em razão do que eles ainda tinham de devedores da tradição metafísica, no momento mesmo em que a criticavam. Aliás, ele declarou que nunca se sai totalmente da metafísica, apenas se busca uma forma de reverter e deslocar suas teses capitais, apostando, todavia, numa abertura em relação à clausura ou ao fechamento (*clôture*) metafísico. A isso, a partir de certo momento, passou-se a chamar de *desconstrução*, termo que Derrida jamais privilegiou do modo como seus leitores o fizeram. Quando ele mesmo o utilizava, preferia falar em *desconstruções*, no plural, pois é sempre *mais de uma*.

Dito isso, cabe lembrar que o tempo da filosofia é necessariamente mais lento, pois exige a reflexão meditada e não a opinião imediatista. Se, como diz Derrida, a atualidade é um artefato, é preciso desconstruir os componentes dessa “artefatualidade”, como ele o faz num livro intitulado *Ecographies*, sobre a televisão e outras mídias, escrito sob forma de conversa com o filósofo Bernard Stiegler. Daí seu mal-estar com as entrevistas, que sempre impõem a necessidade de dizer tudo sobre um assunto num tempo extremamente curto.

O grande diferencial da desconstrução foi a possibilidade de abordar temas pouco ou mal tratados pela história da filosofia, como a questão do outro e do estrangeiro. Uma das últimas problemáticas caras a Derrida foi exatamente a da hospitalidade, que se resumiria em como acolher o outro, o estrangeiro,

enquanto totalmente outro, diferente. Como, por exemplo, aceitar que o outro ou os outros que chegam de um país não ocidental possa ter hábitos diferentes dos nossos? É nessa perspectiva que ele defendia a hospitalidade absoluta, a qual não impõe condições ao outro estrangeiro. É claro que essa hospitalidade incondicional precisa negociar com situações concretas, para poder se efetivar. Seria uma utopia imaginar que ela possa ser posta inteiramente em prática nas condições atuais. Mas o fato é que essa noção permitiu refletir sobre o aumento das restrições impostas aos estrangeiros na França e em outros países ocidentais. Derrida chegou a assinar documentos a favor de estrangeiros de origem africana que estavam ilegais na França e que foram presos com risco de expulsão, em 2001, por exemplo. O tema dos sem-documento (*sans-papiers*) é referido nos ensaios de *Papel-máquina* e *Da Hospitalidade*. Sublinho ainda que a questão derridiana da alteridade não se resume ao exemplo do estrangeiro, migrante ou não. Trata-se, sobretudo, de uma alteridade radical, irreduzível a formas históricas, mas que permite pensar acerca das condições justamente históricas da hospitalidade em geral.

**CR – Numa entrevista entre Derrida e a psicanalista Elisabeth Roudinesco (*De que amanhã, publicado pela Zahar no Brasil*), ela diz: "às vezes tenho a impressão de que o mundo atual se parece um pouco com o senhor e seus conceitos, que nosso mundo está desconstruído e que se tornou derridiano a ponto de refletir, como uma imagem num espelho, o processo de descentramento do pensamento, do psiquismo e da historicidade que o senhor contribuiu para pôr em prática." O senhor concorda? Acha que o mundo está desconstruído?**

EN – Creio que essa pergunta tem uma dupla resposta, ou melhor, corresponde a duas hipóteses. Por um lado, podemos pensar que o mundo teria sido desconstruído de fato por todo o processo que consiste em não ser mais possível acreditar que um único centro, como ponto situável no tempo e no espaço, organize a realidade das coisas. Realidade em sentido social, antropológico, artístico, filosófico e outros. Esse processo de descentramento (aliás "descentramento" foi o primeiro título que recebeu o pensamento de Derrida, antes mesmo de desconstrução) foi algo inerente ao século XX como um todo e ocorreu nos diversos planos da cultura, sobretudo na cultura

ocidental, que tinha sido construída sobre sólidos fundamentos ou nomes do centro, os quais Derrida apontava como *arkhé*, *energeia*, Deus, *logos*, Homem, essência, *cogito*, dentre outros. Seriam sinais desse descentramento o enfraquecimento do conceito teológico-político de soberania, o surgimento de todo um novo saber em rede, sem um centro fixo de organização, como, por exemplo, até certo ponto a web representa e, por fim mas não de menor importância, o aperfeiçoamento dos direitos humanos, incluindo o direito da mulher e o estatuto da criança e do adolescente.

Por outro lado, a segunda hipótese do que seria a história recente do mundo diz respeito a um processo de globalização (ou de “mundialização”, como se diz em francês) aparentemente democratizadora, mas que dissimula novos recentramentos, já pelo fato evidente de a bipolaridade da Guerra Fria ter sido substituída por uma única potência hegemônica, os Estados Unidos, ao menos por enquanto. Nesse sentido, não há desconstrução alguma, mas um recentramento atroz, rigorosamente imperialista, embora com recursos de inteligência e sofisticação de que o colonialismo clássico não dispunha. Isso faz com que uma nação isoladamente tome a atitude de passar por cima de resoluções da ONU. Acho até muito estranho que se criem expectativas em relação à China como uma nação relativamente “pós-comunista”, que pudesse enfrentar o império americano. Não creio que a solução seja criar uma nova bipolaridade. Isso seria mesmo um retrocesso, mas sim caberia buscar as vias para minimizar ou mesmo neutralizar em definitivo o tipo de nova hegemonia por que estamos passando. Repensar o papel da ONU, por exemplo, é urgentíssimo, a fim de resgatar o prestígio e a força histórica da única entidade que, apesar de tudo, representa as nações do mundo.

As duas hipóteses de leitura da contemporaneidade não se anulam, a da desconstrução em curso e a do recentramento, pois a realidade nunca é pura. Creio que há, portanto, uma convivência dos dois processos: em parte, os centramentos tradicionais foram desconstruídos, mas em parte também alguns aspectos neocoloniais retornaram com força redobrada. Essa duplicidade cria múltiplas combinações, e cabe a cada sociedade ou comunidade encontrar o modo de afirmar aquilo que potencializa mais a vida, sem recolonizá-la numa biopolítica, ou seja, o que evita o esmagamento das diferenças, por meio do recurso às estratégias de desconstrução.

Outro exemplo de recentramento é o fato de uma única empresa deter o monopólio mundial dos sistemas de software, a Microsoft. Só recentemente softwares livres começaram a circular de maneira mais ampla, chegando inclusive à administração estatal.

Com efeito, a desconstrução é até certo ponto uma “crítica” ao modo como certa racionalidade foi construída no Ocidente. Em princípio, nada se deve ter contra a racionalidade em si mesma. O *logos* ocidental, que, aliás, não é uno nem homogêneo, deu lugar a inúmeras invenções e descobertas de que não podemos abrir mão. O que não é possível aceitar é uma hiper-racionalidade que passa por cima de tudo, tratorizando vidas, pois só atende às leis do mercado, sem respeito algum por vidas humanas, animais ou vegetais. Entre os inúmeros exemplos desse tipo de destruição do século XX até hoje, temos o mais que recente caso do ciclone Katarina. Como disse um amigo que dá aulas na Universidade Tulane, Idelbar Avellar, mesmo as baratas de Nova Orleans sabiam que o dique precisava de reparos urgentes. E, quando houve a catástrofe, mais de um jornal destacou o fato de que, se uma parte do dinheiro empregado na Guerra do Iraque fosse utilizada no Golfo do México, a cidade e as vidas humanas teriam sido salvas. Foi uma opção entre um Golfo e outro, entre o que renderia mais financeiramente e o que só “renderia” em termos de ganhos humanos, e não de capital. É essa hiper-racionalidade tecnicista, calculista, representante do que outrora se chamava de “capitalismo selvagem”, que precisa ser desconstruída, exposta em todo o seu sistema de interesses. Um pouco como faz Noam Chomsky, esse grande intelectual norte-americano, e como fez Derrida em *Voyous* [Vadios], livro de 2003, ainda não traduzido no Brasil, no qual ele demonstra que não há Estado inocente, todo estado no fundo é “pária”, “vadio”, pois o que o funda é um ato de violência e de territorialização. Como se sabe, Estado-pária, vadio, delinquente ou fora-da-lei (*rogue State*) é o termo que o governo Bush utiliza para designar aquelas nações que supostamente sustentam o terrorismo. Infelizmente não há posse territorial sem algum tipo de genocídio em curso, esta é aliás toda a história das Américas e de outras ex-colônias de além-mar. Lembremos, ademais, que um país como a França mantém ainda colônias, que eufemisticamente chama de Départements D’Outre Mer [DOM - Departamentos de Além-Mar], como as

Antilhas, a Polinésia e a Guiana francesa; assim como a Inglaterra detém para si as Malvinas. Isso tudo em pleno século XXI me causa um profundo espanto.

**CR – Ainda no que diz respeito à questão política, o senhor considera que o pensamento de Derrida é um pensamento de resistência? Por quê?**

EN – Ele utilizou essa palavra como título de um de seus livros, *Résistances de la psychanalyse* [Resistências da psicanálise], de 1996, mas no plural, para indicar a ambivalência que lhe é inerente. Tomada num sentido limitado, a resistência é um processo reativo (para recorrer a um termo de Nietzsche), que apenas responde ao que uma força impõe, sem dispor de uma força própria, autônoma. Mas a resistência pode também ser uma atitude afirmativa, não reativa, ainda que num plano imediato encontre um inimigo a combater, como foi o caso dos vários movimentos de resistência à violência nazista, na França e em outros países. Como estratégia afirmativa, a resistência pode, sim, ser um modo de defender a vida, prolongando o que Derrida assinalava como sobrevivência ou super-vivência (*sur-vie*), uma vida que não fosse uma simples sobrevivência negativa e até mesmo autodestrutiva. Aliás, em suas últimas palavras, lidas pelo filho no dia do enterro, dirigindo-se aos amigos, Derrida teria declarado “Prefiram sempre a vida”. Acho que assim se resume o legado da desconstrução: o que interessa são as forças de resistência que permitem à vida persistir com intensidade. E isso depende basicamente do que ele designou, numa entrevista a mim concedida, como “solidariedade dos viventes”. O bem, do planeta e não apenas do homem, depende dessa solidariedade fundamental, que talvez nos dê a todos uma longa e boa sobrevivência planetária. Por esse motivo, em diversos textos ele tratou da necessidade de se levar em conta o animal, algo que a filosofia poucas vezes fez, preocupada que estava com uma racionalidade de fundo antropocêntrico. Não que Derrida fosse um irracionalista, ao contrário, sempre combateu o irracionalismo, chegando mesmo a defender a tradição iluminista. Mas as “luzes” para ele não poderiam jamais excluir esses próximos do homem que são os *animais*, também sempre no plural, pois não existe conceito unificado de “animal”, até a própria biologia tem sido obrigada a rever as classificações. Outra de suas preocupações era com a questão das mulheres. O pensamento de Derrida jamais é dogmático nem opositivo com relação a essa e a outras

temáticas. Esse é, segundo penso, o grande equívoco das feministas que tentam aplicar o pensamento de Derrida de maneira não muito refletida, embora nem todas decerto o façam assim. Não se trata simplesmente de inverter o modelo viril, falocêntrico, como diz Derrida, e apenas colocar mulheres em cargos de chefia. Claro que isso também tem grande importância, mas a simples inversão acaba representando uma mera troca de sinais, sem que o modelo hierárquico, patriarcal, seja de fato desconstruído. Defendo veementemente uma igualdade de direitos, a mais aperfeiçoada possível, do ponto de vista jurídico, político, administrativo etc., e, por outro lado, uma diferença de comportamentos entre os gêneros e, dentro destes, entre os indivíduos. A famosa categoria de *différance* aponta para essa singularidade dos indivíduos e das culturas, tanto quanto para uma necessidade de justiça universal, que garanta a existência mesma e o exercício dessas diferenças, agora sem oposição simples entre homem e mulher, branco e negro, civilizado e selvagem etc. Todos esses termos, aliás, só podem ser rigorosamente utilizados com muitas aspas, pois não mais correspondem a identidades ontológicas, mas a construtos históricos, que se dão como interpretações. Cabe a nós reinterpretá-los exaustivamente, numa tarefa sem fim.

Um dos trechos de nossa literatura que mais amo é quando Riobaldo, personagem de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, diz que gostaria de ver todos os pastos demarcados, o preto de um lado, o branco do outro, o feio apartado do bonito, a tristeza longe da alegria etc., mas acaba constatando que “este mundo é muito misturado”. Para mim, isso é uma sorte, pois prefiro os matizes às purezas étnicas, biológicas, culturais, todas valorativas. Isso se relaciona ao que Derrida chama de “indecidível”, tal como a noção de suplemento, a qual torna difícil falar em oposição simplificadora, em binarismo redutor. Mas também se interpretou equivocadamente essa multivalência indecível da desconstrução. Para Derrida, tudo aquilo que é indecível de fato nos leva à aporia, ao embaraço ou ao impasse. Todavia, ele diz que é aí, nessa situação quase impossível de sustentar, realmente aporética, que a verdadeira decisão deve ser tomada. É quando não temos mais uma regra prévia de comportamento que precisamos tomar uma decisão ética ou hiperética, a qual pode alterar todas as nossas vidas. É, aliás, o que estamos vivendo agora, em nosso caos institucional brasileiro. Diante dessa realidade,

ao contrário do imobilismo por causa do sistema de corrupção instalado, devemos tomar decisões, protestar, exigir mudanças, antes que venha o desastre social e político, e não haja outra solução senão o suicídio coletivo anunciado. Não faz muito tempo, assistimos à Argentina chegar próximo disso, mais exatamente em 2001.

Li no *Le Monde* que na Suécia foi criado um Partido Feminista, que já conta com 8% do eleitorado, percentual elevado para um agrupamento político recente. Já houve, porém, uma primeira cisão, porque as mais radicais pregam a extinção do casamento, em proveito de um “contrato de coexistência”, e nem todo mundo está de acordo com isso. Em sua última entrevista, publicada no mesmo *Le Monde* no momento em que ele se encontrava entre nós no ano passado, Derrida também defendeu o fim do modelo tradicional de casamento. Ele, que foi casado por mais de quarenta anos com a mesma mulher, reconhecia que o modelo patriarcal está falido, encontrando-se em plena desconstrução. Creio realmente que desde os anos 1960 a família, como a conhecemos até recentemente, está perdendo sentido e que é preciso reinventar novos modos de união, convivência e mesmo de reprodução, para além do modelo coercitivo que herdamos de nossos pais e avós. O que a meu ver não se perde de modo algum, a despeito de todas as revoluções comportamentais, é o valor do afeto. No fundo a questão que subsiste é de quem posso gostar, no amor e na amizade, e de como fazer para que esse amor tenha continuidade. O amor é um grande acontecimento, que nenhum cálculo racional, nenhum projeto empresarial baseado no casamento tradicional explica. É desse amor que tratam muitos textos relacionados à desconstrução, um acontecimento ou evento inexplicável, que reforça mais ainda as estruturas vitais, em vez de destruí-las. Um amor-amizade para além de toda tábua fixa de valores, de toda moral imposta. Amor ao outro, à outra. Aliás, só existe atitude ética quando as regras não são fornecidas integralmente de antemão, quando os indivíduos são livres para decidir o que é melhor para cada um e ao mesmo tempo para todos. Isso está diretamente relacionado à democracia. Claro que, nesse tipo de regime, há que ter regulações mínimas de convivência, mas mesmo estas precisam ser reinventadas a cada situação particular para que a sobrevivida ou a supervivência prevaleça.

**CR – Na conferência que fez no Colóquio do Rio de Janeiro em 2004, Derrida se refere à questão política do perdão e ao apartheid na África do Sul. O senhor acha possível fazer conexões entre a situação da África do Sul e a do Brasil? Quais?**

EN – Quando propôs o tema da conferência, ele mesmo me indagou se seria interessante para o Brasil, já que a questão do negro é uma parte fundamental de nossa história. Creio que a questão da África do Sul pós-apartheid é extremamente importante para o Brasil por dois motivos, pelo menos. Primeiro, por se tratar de um passado de discriminação racial nos dois países, com configurações específicas, é claro, mas com efeitos semelhantes em termos de miséria na maior parte da população. Segundo, por permitir pensar como a questão do perdão não é a mesma da anistia. Pode-se perdoar sem esquecer o mal feito, ao contrário, trazendo-o vivo na memória para que não se repita. No Brasil, os militares se autoconcederam uma anistia que evidentemente visava a que fossem esquecidos todos os crimes cometidos em nome da segurança nacional, durante o período da ditadura. Na África do Sul, diferentemente, resolveu-se instaurar uma Comissão Verdade e Reconciliação, a fim de levantar todos os relatos escabrosos, não para condenar os culpados, mas para que a verdade viesse à tona e depois a reconciliação ocorresse. Lá como aqui o trauma é imenso, mas creio que o fato de se falar e expor o acontecido, tal como se faz no país de Nelson Mandela, é uma maneira mais justa de lidar com a História, ainda que a reconciliação seja um processo sem fim. Nós por enquanto optamos por anistiar para esquecer, daí que os fantasmas a todo momento retornam, pois a dívida com o passado está longe de ser solvida. E o problema diz respeito a outros países da América Latina, a começar com nossos vizinhos Chile e Argentina, onde volta e meia emergem discussões em torno do que ainda não foi de todo elucidado. Nesse caso, como em tantos outros, nada melhor do que as luzes da ampla informação para produzir efeitos de civilidade e de real democracia.

Pois toda vez que um país oculta, sufoca ou recalca os crimes ou erros do passado, estes acabam retornando de maneira fantasmática, espectral. Isso acontece na França, onde em nome de um bem-estar da nação De Gaulle pregou a política de indulgência em relação aos possíveis colaboradores do nazismo, os “*colabos*” [colabôs], como lá se diz. Ora, depois disso diversas

vezes reaparecem testemunhos ou documentos que mostram o quanto o governo de Vichy e muitos cidadãos franceses foram voluntariamente tributários dos alemães invasores. Eu estava em Paris nos anos 1990 quando veio à tona que o próprio presidente Mitterand, para grande escândalo de todos, tinha sido em determinado momento um “colabô”. Esses retornos espectrais de um passado recente se devem à falta de transparência e de discussão em relação aos arquivos de uma nação. Em nome da estabilidade nacional, como no caso da América Latina, tenta-se omitir um imenso trauma social e político. O resultado é esse luto que não acaba nunca, pois jamais se sabe exatamente o quê, como e quando de fato morreu, quem foram os responsáveis, se cabe punição ou não, e assim por diante. Na democracia em que atualmente vivemos, seria muito importante que os arquivos da ditadura fossem abertos a qualquer um que quisesse lê-los, discuti-los e daí tirar todas as consequências. Penso também que seria extremamente salutar se se organizassem colóquios, abertos ao público, de que participassem juristas, cientistas políticos, historiadores, filósofos, jornalistas, escritores, artistas, mesmo não especialistas, em suma, todos os que tivessem uma contribuição a dar, a partir de seu domínio específico, a respeito de um assunto que diz respeito à sociedade brasileira em geral. Seria quem sabe o começo do fim do ora tão discutido “silêncio dos intelectuais”... Esses encontros seriam necessariamente inter ou transdisciplinares, pois creio que uma disciplina isolada não pode dar conta de uma história longa, pesada, intrincada, que nos atrapalha e atrapalhará enquanto não for esclarecida. Em vez de um esquecimento que nos deixa na eterna ignorância, melhor seria uma memória capaz de elucidar questões, evitando males futuros e até permitindo corrigir erros do próprio presente. Por ser uma tarefa difícilíssima é que deve ser levada de maneira coletiva e organizada, pois o caos atual vem também certamente do temor de olhar para o próprio *lixo* interno, o resíduo de um passado que não cessa de retornar e assustar.

Por esse motivos, Derrida falava de uma “democracia por vir”, algo que de alguma maneira já está aí, mas que é também para ser permanentemente aperfeiçoado, possibilitando “dizer tudo” o tempo todo. Pois a democracia continua sendo o único regime satisfatório, embora em cada país ela assuma uma feição diferente. O valor da democracia é antes de mais nada o da

*transparência*, palavra esta que circulou muito na mídia na época da queda dos antigos regimes comunistas, como tradução do russo *glasnost*. Transparência significa a possibilidade de circulação de ideias, sobretudo porque não há praticamente nenhum país isento de corrupção, nem a França, nem os Estados Unidos, nem a Alemanha, ou qualquer outro. A diferença é que nesses países o controle vem de um sistema jurídico mais aprimorado do que o nosso e de uma imprensa que, apesar de tudo, denuncia, trazendo à luz aquilo que muitos políticos e empresários gostariam que ficasse longe das câmeras. Se a corrupção na Rússia conhece atualmente uma situação de “metástase” é porque lá os crimes não são devidamente apurados, havendo por isso mesmo uma tabela de propinas bastante em uso. Quando um empresário monta um negócio, ele sabe de antemão quanto deverá despende para pagar a máfia local e os políticos corruptos, dois grupos muitas vezes associados entre si. O que salva o Brasil dessa “metástase”, apesar de todos os casos sem punição concreta, são as denúncias que não param de vir à luz. Quando morava na França, eu costumava dizer que a diferença entre os dois países era que lá um caso vinha atrás do outro, havendo certo tempo de respiração até surgir um novo escândalo. Já no Brasil os escândalos eclodem simultaneamente, quase sem nenhum controle, de modo que fica difícil para a população discernir quem está sendo acusado de quê, ou seja, muitas vezes se torna impossível identificar os personagens e as causas. Há sempre mais de uma CPI instalada. Daí que nossa democracia, por mais que nunca devamos negar que ela exista, está longe de um bom funcionamento, pois as instituições e seus agentes não são controlados efetivamente pela sociedade. A sensação que se tem é a de um Estado superpoderoso e altamente corrompido contraposto a uma sociedade impotente e majoritariamente empobrecida. O pior é que a tomada do poder central por um grande partido de esquerda em nada mudou essa situação, somente a corroborou.

**CR – Qual é a importância do pensamento de Derrida para a literatura e para a crítica literária?**

EN – Importa, primeiro, constatar que praticamente em todo o mundo Ocidental, mas sobretudo nos Estados Unidos, os estudos literários nunca mais foram os mesmos depois de Derrida. Quando ele começou a publicar seus

artigos iniciais, em meados dos anos 1960, imperava o estruturalismo, que vigorou também no Brasil na década seguinte. Ora, Derrida deu-se conta de que, a despeito de todos os avanços que trazia, o estruturalismo representava um último sopro do cientificismo positivista do século XIX, em pleno século XX. Daí um de seus ensaios fundamentais ter sido a famosa conferência que fez em 1966 nos Estados Unidos sobre Claude Lévi-Strauss, “A Estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”, dentro de um colóquio realizado em princípio para ajudar a divulgar o estruturalismo francês por lá, uma espécie de Missão Francesa estruturalista na Universidade de Johns Hopkins, em Baltimore, de que participaram Barthes, Lacan, Goldman, Todorov, entre outros. Derrida mostrou então toda a dívida que o pensamento de Lévi-Strauss tinha com a tradição metafísica, etnocêntrica, que em princípio a etnologia viera para abalar. Um dos pontos fundamentais era ter o etnólogo Lévi Strauss uma noção rígida de estrutura, quando na verdade interessava a Derrida liberar o jogo da estrutura, ou o que ele chamou de “estruturalidade”, sua possibilidade de permutar elementos de forma não rígida, o que não quer dizer desprovida de rigor. Tratava-se de fato de uma abertura ao jogo incontrolável das diferenças. A partir de então, diversos críticos e teóricos da literatura compreenderam que noções derridianas como as de suplemento, escritura, texto e a famosa *différance* tinham muito mais a ver com a força de pensamento da literatura do que as análises fechadas da crítica estrutural até então em vigor. Não por acaso três de nossos maiores críticos dialogaram intensivamente, em momentos distintos de suas carreiras, com Derrida: Silviano Santiago, Haroldo de Campos e Leyla Perrone-Moisés. Não por acaso tampouco Silviano e Leyla Perrone estão no livro do Colóquio de 2004, e o terceiro se estivesse vivo certamente também participaria.

Outro aspecto decisivo foi que, de modo bastante diferente de Sartre, Derrida reconheceu o fato de certos textos literários poderem propor um tipo de pensamento que em alguma medida vai mais longe do que determinados textos filosóficos. Assim, ele dialogou com inúmeros escritores, como Shakespeare, Blanchot, Mallarmé, e sua contemporânea Hélène Cixous (através da qual teve conhecimento da obra de Clarice Lispector). Eu mesmo, em meu trabalho de professor, de teórico e crítico literário, recorro com frequência a categorias derridianas, mas fazendo inúmeras adaptações para

evitar cair em aplicações reducionistas. Literatura e filosofia de certo modo desde pelo menos os gregos têm muito o que conversar, às vezes de modo pacífico, às vezes por meio de guerra, declarada ou não. Derrida apenas levou esse diálogo às últimas consequências, mostrando como a literatura permite pensar o impensado da tradição metafísica a até mesmo certo impensável.

Valeria a pena citar outros leitores de Derrida, que formularam uma obra própria a partir das teorias do pós-colonialismo, tais como Homi Bhabha, Gayatri Spivak e Stuart Hall. Todos esses, de modo semelhante a Edward Said, são professores e escritores oriundos de ex-colônias e que, dando aulas nos Estados Unidos ou na Inglaterra, tentam repensar a situação deles mesmo enquanto migrantes tanto quanto a de seus países de origem, uma vez abolido o regime colonial. Tal como Derrida o fez em *O Monolinguismo do outro*, livro publicado em 1996, que busca mostrar a duplicidade de ter nascido judeu numa colônia francesa, a Argélia, e não falar a língua local, o árabe, mas somente o francês.

Poder falar do colonialismo, da situação pós-colonial e das novas formas disfarçadas de colonização é essencial para o pensamento desconstrutor, como um de seus temas fundamentais, tanto mais que, para Derrida, o que funda a literatura é o direito de “dizer tudo”, tal como acontece na democracia, instituição que lhe é contemporânea.